



## Comunicação popular, comunicação pública e internet<sup>1</sup>

Ivana Cavalcante SARAIVA<sup>2</sup>  
Universidade Federal do Pampa, São Borja, RS

### RESUMO

Ao abordarmos assuntos como comunicação, cidadania e política, partimos da problematização de conceitos como globalização a partir da linguagem. Daí chegamos às novas formas de linguagem que concerne à internet sob as perspectivas de participação popular e interatividade midiática. Desenvolvemos lembrando que o ambiente digital apresenta-se como mais um *locus* para discussões de interesse público e mencionamos rapidamente a “Jornada de Junho”. Assim, aqueles brasileiros que tem acesso à internet, considera-se que estejam avançando significativamente no exercício de seu poder de comunicar.

**PALAVRAS-CHAVE:** comunicação; política; cidadania; internet.

### Introdução

Como ponto de partida, entendemos aqui que “todo fenômeno social de largo alcance gera linguagem própria ou, pelo menos, uma prática discursiva pela qual se montam e se difundem as significações necessárias à aceitação generalizada do fenômeno” (SODRÉ, 2003, apud MORAES, 2012, p. 21). Ao nos dispomos a analisar este processo, percebemos inclusive que a linguagem cria, mais do reflete, a realidade. Em *O globalismo como neobarbárie*, Muniz Sodré define a mídia ou conjunto dos meios de comunicação como uma técnica política de linguagem, e, adiante, denuncia como é potencializada ao modo de uma antropotécnica política - uma técnica formadora ou interventora na consciência humana - que requalifica a vida social, desde costumes e atitudes até crenças religiosas, em função da tecnologia e do mercado.

O sentido de uma palavra como “globalização” ou o comportamento de um ator social em face desse sentido podem variar e aqui encontramos a oportunidade histórica da contralinguagem progressiva criada pelas novas estratégias ativistas que podem contar com uma mobilização internacional graças à Internet. Para tanto é preciso resgatar as representações que constituem propriamente uma ideologia, enquanto ponto de vista particular que se quer universal, aparência societária que se toma pelo ser social.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no IJ 7 – Comunicação, Espaço e Cidadania do XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 8 a 10 de maio de 2014.

<sup>2</sup> Estudante de Graduação 6º. Semestre do Curso de Relações Públicas – ênfase Produção Cultural – da Universidade Federal do Pampa, email: ivana@alunos.unipampa.edu.br.



Ao lado de suas concretizações materiais (econômicas, tecnológicas, políticas), a globalização responde também por uma forte operação ideológica, que trabalha discursivamente para diminuir o relativismo das significações a ela correspondentes e reforçar o seu sentido universalista, também segundo Sodré. No século XX, impusera-se progressivamente o paradigma do mercado, cujos critérios de lucro e competitividade minimizam a natureza e a história na teoria geral das sociedades. Ou seja, as rela es de domina o econ micas e políticas mantidas pelo colonialismo europeu nos séculos XIX e XX não aparecem como responsáveis pelo empobrecimento de regiões mundiais hoje dadas como subdesenvolvidas. Não, as causas seriam simplesmente bloqueio cultural, atraso tecnológico etc. Surge da , aos poucos, uma visão de mundo comprometida com a supremacia da instância econ mica sobre a política e o avanço tecnocientífico aparece como a última das promessas realizáveis do capitalismo.

  válido como contraponto que não nos afastemos do que a pesquisa antropológica e histórica tem mostrado exaustivamente: a economia humana, como um todo, está imersa em suas rela es sociais. Os bens materiais são positivamente valorizados quando atendem a finalidade de proteger a sua situa o social, que implica reivindica es e conquistas. De forma heteron mica, temos trabalho, terra, dinheiro (elementos essenciais da indústria) – que não são bens produzidos para venda - transformados por uma fic o mercadológica do sistema econ mico; e de simples fun o da organiza o social, o sistema econ mico, por intermédio do mercado, faz da sociedade humana o seu acessório.

De certo que, pela forma real, globaliza o e mercado favorecem a desigualdade econ mica e política em escala mundial. Pelo formato, são os significantes que articulam a constru o sociolinguística de uma realidade compatível com a ideologia neoliberal. Porém, e finalmente, fora do centralismo financeiro do capital, a globaliza o tende a impor-se apenas como ideologia e virtualidade. A razão pela qual tal análise   pertinente está nas “novas” formas de linguagem que se desenvolvem graças   Internet. Esta m dia   utilizada como meio perceptivo e comunicativo para diversos outros tipos de ativismo, portanto, um contradiscurso, que combina participa o social com interatividade midiática.

### **Comunica o popular, comunica o pública e cidadania**

Vale lembrar, segundo as conclusões de Gomes (2008, p.324), que recursos tecnológicos não podem frustrar nem realizar promessas de efeitos sociais. Ou seja, a



efeito de democracia, a Internet, por exemplo, é instrumento à disposição de agentes sociais; e estes sim com capacidade de fazer promessas ou de frustrar esperanças. Acham alguns que a participação<sup>3</sup> cogestionária e autogestionária na comunicação popular é algo improvável. Para eles, as características da produção informacional, por exemplo, exigem que ela seja confiada a técnicos. Argumentam que não é possível por uma massa de gente elaborando um jornal impresso ou um programa radiofônico e que, a par disso, o “povo” é incapaz de fazê-lo por limitações técnicas referentes à redação e expressão oral. E ainda que, para isso ele se valha de mecanismos de representação, instâncias de deliberação e equipes de execução, além de se poder capacitá-los para um envolvimento crescente.

Peruzzo (1998, p. 300) questiona com fins retóricos se, então, deve-se antes instruir “o povo”, para só depois emancipá-lo? Não. “Ele que se emancipe primeiro e instruir-se-á a si próprio”<sup>4</sup>. E defende que a educação e a democratização serão decorrência do processo. Isso pode começar pelo que está mais próximo. A internet é um ambiente, um meio que, como ainda é claro para todos, está pleno de possibilidades, desde que as sociedades consigam dela retirar tudo o que de vantajoso à democracia pode oferecer (HAMLETT, 2003). De um lado, é preciso manobrar socialmente a Internet para que as suas possibilidades se transformem em oportunidades democráticas; de outro, há ainda espaço para manobra, no que tange ao rádio, a jornais e à televisão, no sentido de que eles cumpram um importante papel para a democracia centrada na cidadania ativa (GOMES, 2008. p.325).

Em *Internet e democracia comunicacional: entre os entraves, utopias e o direito à comunicação*, Peruzzo cita André Lemos (2002, p.35–36) onde esclarece que a comunicação de massa publicita fatos a partir de centros editores, fazendo com que a indústria cultural opere por fluxo de comunicação “um para todos”, garantindo o poder sobre a emissão. Já as tecnologias digitais geram processos de comunicação que conectam usuários, gerando um fluxo bidirecional da informação num modelo “todos para todos”. Porém, o ideal é que tanto a internet quanto os meios tradicionais de massa sejam melhor explorados no sentido de atendimento ao interesse público.

Voltando-nos à internet, ela enquanto um complexo de conteúdos e um ambiente de conexão e interações deve ter suas oportunidades vistas de modo associado com as

---

<sup>3</sup> Capítulo 2. Comunicação nos movimentos populares – A participação na construção da cidadania. Cecília Maria Krohling Peruzzo.

<sup>4</sup> BAKUNIN. *Conceito de liberdade*, 1975, p. 141.



motivações dos próprios atores sociais e com os procedimentos da comunicação efetivamente adotados. A comunicação mediada por computador pode ser utilizada por indivíduos e grupos com metas e funções democráticas ou por aqueles com metas antidemocráticas. De tal sorte, é fundamental fazer distinções entre a diversidade de metas e de modos de organização das agregações, a partir de diferentes tipos de funções democráticas que as associações podem desempenhar, levando em conta, também, o contexto social e histórico.

Para além da participação direta em instancias formais do Estado, um crescente número de autores<sup>5</sup> vem ressaltando a importância da educação cívica e política dos cidadãos, o cultivo do senso de comunidade, bem como as dinâmicas de conversação e de deliberação, a fim de assegurar que as preferências acerca de representantes ou de políticas públicas sejam bem informadas, e que ações diversas, por parte dos cidadãos, possam subsidiar e controlar democraticamente agenda e a produção da decisão política. (MAIA, 2008, p.327 e 328)

Alguns críticos alegam que as políticas cívicas são fragmentadas ou setorizadas, restritas a temáticas ou a grupos específicos, e, por isso mesmo, o alcance político de suas ações é limitado. Por certo, o Estado permanece como agente central para alcançar justiça distributiva, implementar direitos, proporcionar segurança, distribuir e sancionar poderes e desempenhar muitas outras funções necessárias a uma democracia robusta. Contudo, dada a larga escala da sociedade contemporânea e a complexidade de suas instituições, nem sempre é desejável uma política nacional e geral que afete o país inteiro e toda a sua população de modo igualitário e universalizante. A sociedade civil não expressa um projeto político único e homogêneo, mas, pelo contrário, organiza-se de modo relativamente autônomo em uma multiplicidade de espaços de disputa e de negociação. O aprofundamento da democracia exige, assim, uma pluralidade de relações entre forças políticas distintas dentro da própria sociedade civil e, também, nas instituições do centro do sistema político. Em outras palavras, uma democracia robusta requer uma pluralidade de formas de participação política por parte de formas distintas de articulação com os agentes do Estado.

Para Covre (1993, p. 66), “é preciso criar espaços para reivindicar os direitos, mas é preciso também estender o conhecimento a todos, para que saibam da

---

<sup>5</sup> ver particularmente teóricos deliberacionistas, tais como: Habermas, 1995, 1996 e 1997; Benhabib, 1996; Cohen, 1997; Cooke, 1999; Bohman, 1996; Chambers, 1996; Dryzek, 2004; Gutmann e Thompson, 1996 e 2004.



possibilidade de reivindicar”. A autora corrobora com a concepção da prática da cidadania como reivindicação, participação. Portanto, a comunicação desempenha um papel de muita relevância, transcendendo o caráter informativo e constituindo-se em diálogo entre os sujeitos. E a internet facilita a operacionalização de formas variadas de participação em âmbitos distintos – no nível local, nacional e transnacional. Atores coletivos críticos da sociedade civil têm utilizado os recursos da rede com criatividade, para gerar conhecimento técnico competente, memória ativa, recursos comunicativos, exigência de prestação de contas e solidariedade à distancia. Cada modalidade de associação cívica tende a especializar-se numa determinada função e, por isso mesmo, nem sempre é capaz de exercer outras funções.

A participação "não é dada, é criada. Não é dádiva, é reivindicação. Não é concessão, é sobrevivência. A participação precisa ser construída, forçada, refeita e recriada."<sup>6</sup> A maioria dos estudos da comunicação popular, na perspectiva dos movimentos sociais, parte do pressuposto de que povo são as classes subalternas, submissas, economia e politicamente, às classes dominantes. O povo é composto por classes subalternas, mas não necessariamente só por elas. Há momentos em que ele é todo um conjunto lutando contra algo e a favor de algo, com vistas aos interesses da maioria (PERUZZO, 1998, p. 118-119).

Mainieri e Ribeiro (2011), entende que, dentro desse contexto, as mídias sociais também são um *locus* para as discussões de interesse público, entre sociedade e governo. Para tanto, torna-se necessário que os governantes utilizem essas mídias para esse fim e não apenas para a divulgação política de sua imagem e busca de votos. Tendo em vista que o cidadão, enquanto partícipe e usuário dessas mídias sociais, também deve cobrar essa postura de seus governantes, para que possa utilizá-las como um espaço de interlocução e de debate de assuntos de real interesse público. Como defende Castells (2003, p. 128), “em vez de o governo vigiar as pessoas, as pessoas poderiam estar vigiando o seu governo – o que é de fato um direito delas, já que teoricamente o povo é soberano”.

Resumidamente, a última grande mobilização de massa na cena pública brasileira, conhecida também como “Jornadas de Junho”, foram os protestos que inicialmente contestavam o aumento da tarifa do transporte público e, após a forte repressão policial, ganharam apoio popular. Identifica-se duas fases demarcadas por características distintas, mas ambas organizadas através da internet. Como lembra Amaral (2013), tratando-se de

---

<sup>6</sup> DEMO, Pedro. Op. cit., p. 82.



irrupções sociais, o fato novo não é a existência da estrutura eletrônica explorada, mas a transformação qualitativa de seu uso como fator mobilizador.

Para Paiva (2013), a comunicação digital não prescinde de intermediação para emitir, difundir e compartilhar informações em rede, porém, é preciso o reconhecimento de “poder” dos cidadãos virtualizados com o nascimento da ciberdemocracia<sup>7</sup> e net-ativismo<sup>8</sup>. As convocações eram feitas pela internet e os manifestantes, essencialmente jovens. Eles veem os meios tradicionais como obsoletos, face ao surgimento de meios que não podem os calar mais. Deste modo, a internet afetou as formas de concepção dos fluxos informacionais, o que aumentou o poder dos indivíduos a partir desta nova esfera pública.

Tratando-se de Internet, é preciso, então, que se saia o mais rapidamente possível da retórica do diagnóstico (positivo ou negativo) para uma perspectiva de responsabilidade e tarefa (GOMES, 2008, p. 326). Como corretamente apontou Peter Dahlgren,

a questão hoje não é tanto como a internet vai mudar a vida política, mas, sobretudo, o que pode motivar mais pessoas a ver-se como cidadãos de uma democracia, a envolver-se na política e – para aqueles que têm acesso – a empregar as possibilidades que a rede ainda oferece. Algumas respostas deverão ser encontradas na própria rede, mas a maioria reside nas nossas circunstâncias sociais, (2001, p. 53).

### **Considerações Finais**

A democracia, para funcionar bem, com eficiência e vitalidade, precisa de diferentes recursos, tais como a educação das pessoas; a prática da conversação e da discussão, entre os próprios cidadãos, de assuntos de interesse coletivo; o engajamento em políticas institucionais. Diferentes teorias democráticas, ao tratar do associativismo cívico, combinam esses componentes de modo distinto e conferem a eles pesos variados, seja de forma manifesta, seja de modo latente. As vias para se estabelecer a política democrática são muitas, (GOMES, 2008, p. 346).

Apesar das diferenças e das limitações de muitas experiências, todas elas são válidas. É tentando que se aprende a fazer uma comunicação popular participativa cada

---

<sup>7</sup> Onde o cidadão, por meio da utilização dessas novas tecnologias pode, de alguma forma, participar da coisa pública. Em certo sentido, podemos até dizer que quem não estiver conectado a essa rede mundial, ficará fora da vida social, econômica, científica, que se desenrola em tempo real através dos caminhos da internet. Ler mais: <http://www.portalconscienciapolitica.com.br/ciber-democracia/>

<sup>8</sup> Segundo Felice, a partir das perspectivas de Latour, Lovelock, Serres e Stenger, o net-ativismo pode ser entendido não como a ampliação da esfera pública, mas como a arquitetura de uma nova condição habitativa e de um particular novo tipo de ação, que reúne indivíduos em dispositivos, banco de dados e territorialidades.



vez melhor, com poder e competência. A ideia de movimento, arraigada na sociedade, ajuda-nos a observar a dinâmica do afirmar-negar, do fazer-refazer, do criar-reproduzir, em vários campos da vida social. O envolvimento ampliado da base em todo o processo, por si mesma ou por meio de representantes delegados, é, no âmbito dos movimentos, uma necessidade e uma meta no trabalho de sedimentação de um novo tecido social, de uma cultura democrática e de uma sociedade aberta (PERUZZO, 1998, p. 299).

A utopia está em tornar a Internet, realmente, de todos para todos. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), conduzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre 2011 e 2012, no Brasil houve um aumento 5,3 milhões de novos internautas. Isto aponta como avanço, não apenas no sentido da interatividade, mas também possibilitar o acesso universal à mesma, sem distinção de classes dentro dos países, nem distinção entre os países e continentes. A democratização desse acesso contribui para ampliar a liberdade de comunicar-se, no mais profundo sentido da comunicação de modo ilimitado dentro de todo o potencial que as redes digitais oferecem.

Simultaneamente a toda luta pela democratização econômica como forma de provocar a distribuição equitativa da riqueza socialmente produzida e, conseqüentemente, da fruição de todos os direitos de cidadania pelo conjunto da sociedade e não apenas pelas elites, há que se achar saídas para viabilizar a democratização do acesso às redes cibernéticas. Por exemplo, nas regiões Norte e Nordeste foram constatadas as menores proporções da população brasileira que entraram na internet em 2012. Acredita-se que sua viabilização e efetivação contribuirá para o exercício da cidadania na sua dimensão política, por meio da ampliação das possibilidades de participação do cidadão na vida de sua cidade, do país e do mundo. Como também do exercício da cidadania em sua dimensão cultural, potencializada pelo acesso à informação e ao conhecimento acumulado que a rede proporciona, além do exercício do direito de partilhar o poder de comunicar.



### **Referências bibliográficas**

GOMES, Wilson. **Comunicação e democracia: Problemas & perspectiva** / Wilson Gomes, Rousiley C. M. Maia – São Paulo: Paulus, 2008.

MAINIERI, Tiago. RIBEIRO, Eva. **A comunicação pública como processo para o exercício da cidadania: o papel das mídias sociais na sociedade democrática.** *Organicom*: Ano 8, n. 14, jan./jul. 2011.

MORAES, Dênis de (org.). **Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder.** Rio de Janeiro: Record, 2003.

PERUZZO, Cicilia. **Internet e democracia comunicacional: entre os entraves, utopias e o direito à comunicação.** Diálogos Possíveis: jul./dez. 2006.

PERUZZO, Cicilia. **Comunicação nos movimentos populares - A participação na construção da cidadania.**- Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

SOUSA, Cidoval Moraes de. **Jornadas de junho: repercussões e leituras.** [Livro eletrônico]. – Campina Grande: EDUEPB, 2013.